

# <sup>Educação</sup> Aumento de anuidade não chegará a 100%

O índice de aumento das anuidades escolares, que deverá ser anunciado pelo governo no próximo mês de janeiro, não atingirá a casa dos 100 por cento. Para discutir a questão, representantes de entidades vinculadas ao ensino privado reuniram-se na última quarta-feira com o ministro da Educação, Jorge Bornhausen. O secretário-geral do MEC, Aloisio Sotero, também recebeu representantes dos estudantes e professores para tratar do mesmo assunto.

Nessa primeira rodada de negociações, Bornhausen ouviu propostas e sugestões apresentadas pela Fenen (Federação dos Estabelecimentos de Ensino), CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), Asbec (Associação Brasileira de Escolas Católicas) e Associação de Mantenedoras. Só a Fenen sugeriu índices de aumento porém todas as entidades ressaltaram a necessidade de o governo majorar o valor das atividades escolares.

Um aspecto bastante discutido na reunião foi o impacto da anuidade na renda familiar da população já que o percentual das mensalidades escolares que

incide na composição do índice de inflação é de 0,66. Ficou praticamente acertado que o índice das anuidades do 1º, 2º e 3º graus devem ser analisadas diferencialmente. A real definição do reajuste só acontecerá em janeiro de 1987 mas sabe-se que não chegará a 100 por cento, segundo o secretário-geral do MEC, Aloisio Sotero.

A Fenen propôs basicamente a individualização de preços tendo em vista o custo de cada escola. Conforme a fórmula apresentada pela Federação, o custo da escola deve ser calculado com base no número de alunos em classe, número de aulas, salário dos professores e graus de ensino, o que significa a liberação dos preços das anuidades.

## ILEGAL

Há cerca de 10 dias um dos representantes da Seplan integrante da comissão interministerial criada para estudar o reajuste das anuidades para o próximo ano, afirmou que o governo está estudando um índice de cerca de 60 por cento. Este percentual, porém, não foi confir-

mado pelo secretário-geral do Ministério da Educação. Aloisio Sotero reiterou, na ocasião, que o assunto ainda está em estudo e por enquanto nenhum índice foi definido.

Até que o governo se posicione sobre a questão, a Fenen continua orientando as escolas para que aumentem suas taxas de matrículas em até 125 por cento, dependendo da necessidade de cada instituição. De acordo com Roberto Dornas, presidente da entidade, o aumento não é ilegal uma vez que taxa de matrícula integra a mensalidade de 1987 que não está com seu preço congelado.

O ministério da Educação, contudo, considera ilegal qualquer aumento de taxas no ano de 1986 e alerta aos pais de alunos para que não paguem taxas majoradas no ato da matrícula. Já o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, José Aurélio de Camargo, afirma que independente da decisão do governo em relação ao aumento das anuidades, a livre negociação com os pais de alunos já está acontecendo.